RISC Revista Informação na Sociedade Contemporânea
ISSN 2447-0198

Artigos

Acessibilidade de revistas científicas eletrônicas de Angola

Accessibility of Angolan electronic scientific journals

Accesibilidad de las revistas científicas electrónicas de Angola

Vivaz Bandeira

Mestre em Gestão da Informação
Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil
https://orcid.org/0000-0002-7538-4059 E-mail: vivazb86@gmail.com

Paula Carina de Araújo

Doutora em Ciência da Informação
Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil
https://orcid.org/0000-0003-4608-752X E-mail: paulacarina@ufpr.br

Juliana Lazzarotto Freitas

Doutora em Ciência da Informação
Instituto Nacional da Mata Atlântica, Santa Teresa, ES, Brasil
https://orcid.org/0000-0003-2572-9407 E-mail: juliana.lazzarotto@inma.gov.br

Rev. Inf. na Soc. Contemp., Natal, RN, v. 10, 2026
ISSN 2447-0198

DOI: https://doi.org/10.21680/2447-0198.2026v10n1

Submetido em: 13-04-2026
Reapresentado em: 15-06-2026
Aceito em: 18-08-2026

RESUMO

Introdução: A acessibilidade em revistas científicas eletrônicas é fundamental para assegurar a democratização do conhecimento, garantindo que a informação especializada seja plenamente acessível a pessoas com deficiência. **Objetivo:** Avaliar a acessibilidade das revistas científicas eletrônicas de Angola, indexadas nos diretórios AJOL e DOAJ. **Metodologia**: Trata-se de uma pesquisa avaliativa de base documental que analisou sete revistas científicas eletrônicas de Angola. A aferição da acessibilidade fundamentou-se nas *Web Content Accessibility Guidelines* (WCAG), da *World Wide Web Consortium* (W3C), operacionalizadas por meio do software *AccessMonitor* (versão 2.1), o qual realizou a avaliação automatizada das URLs das revistas selecionadas. **Resultados**: As análises indicam que as revistas avaliadas apresentam índices de acessibilidade superiores a 70%. As pontuações oscilaram entre 7,4 (74%) e 8,6 (86%), em uma escala de 0 a 10. Não obstante, a identificação de duas a seis

práticas não aceitáveis por revista evidencia a necessidade de melhorias. **Conclusão**: O índice de acessibilidade identificado favorece a democratização e a inclusão de pessoas com deficiência no ecossistema científico. No entanto, para que a disseminação do conhecimento seja efetivamente democrática, torna-se necessário o aprimoramento das plataformas eletrônicas das revistas para que alcancem a plena conformidade e a acessibilidade integral.

Palavras-chave: acessibilidade; periódicos científicos; pessoa com deficiência; Angola.

ABSTRACT

Introduction: Accessibility in electronic scientific journals is essential for ensuring the democratization of knowledge, guaranteeing that specialized information is fully accessible to persons with disabilities. **Objective:** To assess the accessibility of Angolan electronic scientific journals indexed in the AJOL and DOAJ directories. **Methodology:** This is an evaluative, documentary-based study that analyzed seven electronic scientific journals from Angola. The accessibility assessment was based on the Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) of the World Wide Web Consortium (W3C), operationalized via the AccessMonitor software (version 2.1), which conducted automated evaluations of the selected journals' URLs. **Results:** The analysis indicates that the evaluated journals exhibit accessibility rates exceeding 70%. Scores ranged from 7.4 (74%) to 8.6 (86%) on a scale of 0 to 10. Nevertheless, the identification of two to six unacceptable practices per journal highlights the need for technical improvements. **Conclusion:** It is concluded that the identified accessibility rates foster democratization and the inclusion of persons with disabilities within the scientific ecosystem. However, for the dissemination of knowledge to be effectively democratic, further enhancement of the journals' electronic platforms is required to achieve full compliance and integral accessibility.

Keywords: accessibility; scientific journals; person with disability; Angola.

RESUMEN

Introducción: La accesibilidad en las revistas científicas electrónicas es fundamental para la democratización del conocimiento, garantizando que la información especializada sea plenamente accesible para las personas con discapacidad. **Objetivo:** evaluar la accesibilidad de las revistas científicas electrónicas angoleñas indexadas en los directorios AJOL y DOAJ. **Metodología:** Se trata de una investigación evaluativa documental que analizó siete revistas científicas electrónicas angoleñas. La evaluación de la accesibilidad se basó en las Pautas de Accesibilidad para el Contenido Web (WCAG) del Consorcio World Wide Web (W3C), implementadas mediante el software AccessMonitor (versión 2.1), que realizó la evaluación automatizada de las URL de las revistas seleccionadas. **Resultados:** Los análisis indican que las revistas evaluadas presentan índices de accesibilidad superiores al 70%. Las puntuaciones oscilaron entre 7,4 (74%) y 8,6 (86%), en una escala de 0 a 10. No obstante, la identificación de entre dos y seis prácticas inaceptables por revista pone de manifiesto la necesidad de mejoras. **Conclusión:** Se concluye que el índice de accesibilidad identificado favorece la democratización e inclusión de las personas con discapacidad en el ecosistema científico. Sin embargo, para que la difusión del conocimiento sea verdaderamente democrática, es necesario mejorar las plataformas electrónicas de las revistas para que alcancen un cumplimiento total y una accesibilidad integral.

Palabras-clave: accesibilidad; revistas científicas; persona con discapacidad; Angola.

1 INTRODUÇÃO

A gênese da comunicação científica periódica remonta a 1665, com o lançamento do *Journal des Sçavans*, em Paris, e das *Philosophical Transactions*, em Londres. Estes marcos inaugurais surgiram como uma resposta à necessidade de socializar descobertas e deliberações das cortes civis, religiosas e universidades, transcendendo as limitações dos canais de comunicação científica até então adotados, como as correspondências pessoais e as atas acadêmicas (Meadows, 1999; Stumpf, 1996). Desde então, o periódico consolidou-se como a infraestrutura central do ecossistema científico, servindo não apenas para registrar e validar o conhecimento, mas também para construir comunidades epistêmicas, definir agendas de pesquisa e conferir reconhecimento intelectual (Silva; Neubert; Dias, 2025).

Todavia, a trajetória de consolidação da comunicação científica apresenta um contraponto, visto que, embora concebidos para democratizar o acesso às descobertas e aos conhecimentos, as publicações foram estruturadas para um público restrito, que incluía alfabetizados, economicamente privilegiados, e pessoas que não enfrentavam barreiras sensoriais ou motoras que impedissem a leitura convencional. Essa omissão histórica reflete uma visão limitada da diversidade de leitores, negligenciando, sobretudo, as pessoas com deficiência visual ou motora, que dependem de recursos de acessibilidade para interagir com o texto científico (Almeida; Alves, 2023).

Esse cenário passou por profundas transformações no final do século XX, impulsionado por movimentos sociais e avanços legais nas décadas de 1970, 1980 e 1990. Tais avanços foram essenciais para colocar essa pauta na agenda global (Shakespeare, 1993). A criação da *Union of the Physically Impaired Against Segregation* (UPIAS) e, mais tarde, a aprovação da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, consolidaram o modelo social da deficiência, que desloca o foco do indivíduo para as barreiras impostas pela sociedade (Oliver; Barnes, 2010). Atualmente, importa ressaltar que o modelo biomédico, o qual apreende a deficiência sob uma perspectiva biológica e física, é insuficiente para a sua compreensão, visto que desconsidera as barreiras sociais impostas às pessoas com deficiência, impedindo-as de exercer seus direitos de cidadania: fala-se então no modelo de compreensão da deficiência baseado nos direitos humanos (Degener, 2016). Sob esta nova ótica, a deficiência deixa de ser uma “limitação biológica” e passa a ser compreendida como o resultado das barreiras impostas por uma sociedade que falha em ser inclusiva.

Dessa forma, o modelo de compreensão da deficiência baseado nos direitos humanos centra-se na dignidade inerente do ser humano e apenas, subsidiariamente, nas características corporais e médicas da pessoa (Series, 2019). Isso significa que a deficiência passa a ser encarada como uma característica que enfatiza a diversidade humana, ao invés de ser vista como barreira para o exercício dos direitos inerentes à própria pessoa.

Nesse contexto, acessibilidade deixa de ser uma concessão opcional, mas uma condição *sine qua non* para o exercício do Direito Humano à Ciência – conforme preconizado no artigo 27º da Declaração Universal dos Direitos Humanos e reafirmado em instrumentos internacionais subsequentes, como o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais, para que esse direito seja plenamente exercido por todos (Bandeira, 2025).

Com o advento da Internet e o fortalecimento da Ciência Aberta, a urgência de uma comunicação científica inclusiva tornou-se central. Nesse cenário, abriram-se oportunidades para repensar formatos, fluxos editoriais e plataformas tecnológicas, removendo assim obstáculos e garantindo que leitores utilizem, por exemplo, ferramentas assistivas e adaptadas a cada tipo de deficiência como leitores de tela, navegação por teclado, descrição de imagens, contraste adequado e alternativas auditivas. Portanto, além dos avanços conseguidos pelos movimentos de pessoas com deficiência em todo o mundo (Zhang, 2017), os movimentos pela Ciência Aberta, especialmente o movimento Acesso Aberto, têm promovido a acessibilidade dos periódicos científicos (Hallo; Hallo; Luján-Mora, 2017).

Ferramentas como o *Open Journal Systems* (OJS), desenvolvido pelo *Public Knowledge Project* (PKP), têm incorporado as diretrizes de acessibilidade, como por exemplo, as Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo da Web (WCAG, sigla em inglês), publicadas pela *World Wide Web Consortium* (W3C), em suas versões 2.0 e 2.1., utilizadas por equipes editoriais de modo a permitir a criação *layouts* responsivos, metadados compatíveis com *softwares* de apoio e navegação tanto por visão quanto por som (Wille; Dumke; Wille, 2016). Esses recursos são particularmente importantes para países do Sul Global, onde a insuficiência de infraestruturas tecnológicas, as desigualdades socioeconômicas e a escassez de materiais acessíveis agravam os processos de exclusão social de pessoas com deficiência (Bandeira, 2018).

No contexto de Angola, passos têm sido dados em direção à adoção de práticas de ciência aberta em periódicos científicos e à implementação do Acesso Aberto Diamante. Esses passos têm se concretizado através de leis que impõem acessibilidade para pessoas com deficiência, e da participação de Angola em encontros internacionais que reforçam o

compromisso do país com o Acesso Aberto Diamante, nomeadamente, nas Cimeiras Globais de Acesso Aberto Diamante, em 2024 e 2025, no México e na África do Sul, respectivamente. A isso, somam-se as recentes iniciativas nacionais de acesso aberto às publicações científicas (Gungula, 2023, 2024; Gungula; Castillero Velásquez, 2025).

Apesar disso, são escassos estudos que avaliem a acessibilidade de revistas científicas angolanas, especialmente a pessoas com deficiência. Diante deste quadro, o presente artigo objetiva avaliar a acessibilidade das revistas científicas eletrônicas de Angola, por meio da identificação, descrição e caracterização das práticas de acessibilidade de um universo de revistas eletrônicas, para enfim analisá-las com base em critérios avaliativos detalhados na metodologia deste estudo.

A seguir, discorre-se sobre o contexto de acesso a revistas científicas em Angola e os principais marcos legais, com ênfase para as pessoas com deficiência. Na sequência, a metodologia adotada para a avaliação dos portais das revistas selecionadas, procedendo-se à apresentação dos resultados, discutidos à luz das normativas internacionais e das políticas nacionais de inclusão, com o intuito de apontar caminhos para uma comunicação científica angolana plenamente acessível.

2 O ACESSO A REVISTAS CIENTÍFICAS EM ANGOLA

O acesso a revistas científicas em Angola, inclusive por pessoas com deficiência, tem sido impulsionado pela recente expansão do ensino superior. Essa expansão envolveu não apenas o aumento do número de Instituições de Ensino Superior (IES), mas também o crescimento da demanda por acervos científicos (para ensino e pesquisa) e por aumento da produção científica (Bandeira, 2023). Dessa forma, a crescente necessidade de produção de conhecimentos científicos trouxe desafios relacionados com o acesso às publicações científicas e com a acessibilidade dos próprios periódicos científicos, isto é, das suas páginas *Web* e dos formatos documentais disponibilizados, considerando a necessidade de adequação desses canais de comunicação da ciência aos princípios e às práticas de Ciência Aberta (Shintaku; Sales, 2019).

Diante deste quadro, Angola tem dado passos no sentido de implementar o Acesso Aberto Diamante e outras práticas de ciência aberta em periódicos científicos eletrônicos (Bandeira; Araújo, 2023). Desde o ano de 2021, o governo angolano, por meio do Ministério

do Ensino Superior Ciência Tecnologia e Inovação (MESCTI), tem criado Grupos Técnicos encarregados de dinamizar e implementar as ações inerentes à primeira e à segunda fase da iniciativa de criação da Rede de Revistas Científicas e Promoção do Acesso Aberto à Informação Científica em Angola, por meio dos Despachos nº 3337/21 de 6 de agosto, em 2021, e nº 6428/23, de 24 de outubro (Angola, 2021, 2023b).

Por outro lado, a participação de Angola, representada pela Universidade Óscar Ribas (UÓR), como coorganizadora da primeira Cimeira Global sobre Acesso Aberto Diamante, realizada em 2023, no México e sua participação na segunda Cimeira Global sobre Acesso Aberto Diamante, em 2024, na África do Sul, demonstram o interesse do país em implementar o Acesso Aberto (Gungula, 2023). Outra iniciativa conjunta é a implementação do Repositório Angolano de Acesso Aberto (RAnAA), lançado durante a 1ª Conferência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), realizada em Luanda, no período de 12 a 14 de junho de 2024. O RAnAA foi criado pelo Ministério do Ensino Superior Ciência Tecnologia e Inovação (MESCTI), para armazenar, disseminar, permitir o acesso e preservação de toda a produção científica nacional, proveniente de IES e Centros de Investigação (Gungula, 2024). A esta iniciativa, somou-se a criação da cátedra UNESCO de "Ciência aberta, digitalização responsável e impacto social" em Angola (Gungula; Castillero Velásquez, 2025, p. 2).

No cenário internacional, estudos sobre a acessibilidade de periódicos científicos têm focado em um conjunto de aspectos, dentre os quais as barreiras à acessibilidade de periódicos científicos em países do Sul Global (Nwagha, 1980), as diretrizes de acessibilidade, métodos de avaliação e ferramentas de análise, assim como sua aplicação a sites de governos eletrônicos (Baowaly; Bhuiyan, 2012). Outro aspecto refere-se à medição de acessibilidade de conteúdo Web, utilizando as Diretrizes de Acessibilidade de Conteúdo da Web 2.0 (WCAG 2.0), publicadas pela *World Wide Web Consortium* (W3C) (Wille; Dumke; Wille, 2016), ao levantamento de problemas de acessibilidade Web em revistas científicas de acesso aberto (Hallo; Hallo; Luján-Mora, 2017).

Além disso, têm sido desenvolvidas ferramentas projetadas para monitoramento, auditoria e avaliação de acessibilidade na Web de sites governamentais (Al Jabor *et al*., 2021), a implementação de estratégias para romper barreiras, visando a uma "ciência para todos" (Almeida; Alves, 2023) e na análise de abordagens, recursos e ferramentas utilizadas para promoção da acessibilidade para Pessoas com Deficiência (PcD) nos periódicos científicos

(Silva; Neubert; Dias, 2025). No contexto de Angola, ainda são escassos estudos que avaliem a acessibilidade de revistas científicas, especialmente para as PcDs.

2.1. MARCOS LEGAIS PARA ACESSIBILIDADE DE REVISTAS CIENTÍFICAS EM ANGOLA

Angola ratificou da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em 2013, dando início à mudança de paradigma sobre a compreensão da deficiência, deslocando o foco de um modelo assistencialista para uma abordagem baseada em direitos, inclusão e participação plena das pessoas com deficiência na sociedade. A partir desse marco, as instituições públicas passaram a reconhecer a acessibilidade, a não discriminação e a igualdade de oportunidades como princípios estruturantes, influenciando a formulação de políticas, a revisão de normas e a implementação de mecanismos de proteção e promoção de direitos das pessoas com deficiência (Victor; Hostmaelingen, 2016).

Desde então, um conjunto de dispositivos legais voltados à temática da deficiência tem sido aprovado, destacando-se, além da Constituição da República de Angola (CRA), de 2010, a Lei das Acessibilidades (Lei nº 10/16, de 27 de julho) e, mais recentemente, o Plano de Inclusão e Apoio às Pessoas com Deficiência 2023–2027 (PLANIAPED), instituído pelo Decreto Presidencial nº 217/23, de 31 de outubro. O artigo 83º da CRA, por exemplo, dispõe que as pessoas com deficiência gozam plenamente dos direitos e estão sujeitas aos deveres previstos na Constituição. Determina ainda que o Estado deve adotar políticas para sensibilizar a sociedade sobre a inclusão, o respeito e a solidariedade para com esses cidadãos (Angola, 2010).

Nessa mesma linha, a Lei das Acessibilidades, no artigo 4º, estabelece como dever de toda a sociedade, garantir a efetiva participação e inclusão de todos na vida social (Angola, 2016). Já o artigo 6º desta mesma Lei atribui às instituições públicas, privadas e à sociedade civil a responsabilidade de promover campanhas informativas e educativas que conscientizem a população sobre a importância da acessibilidade e da inclusão social das pessoas com deficiência (Angola, 2016).

O PLANIAPED, por sua vez, destaca a promoção do acesso universal das pessoas com deficiência a bens e serviços como condição essencial para a proteção e a inclusão social dessas pessoas, no âmbito da observância dos Direitos Humanos em Angola (Angola, 2023a). Nesse contexto, o acesso a revistas científicas deve ser entendido como extensão do acesso universal, abrangendo tanto a navegação acessível em suas páginas *Web* quanto a

disponibilização de conteúdos científicos em formatos adequados e acessíveis às pessoas com deficiência.

3 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

O estudo é de caráter descritivo e avaliativo, com base em análise documental (Hernández Sampieri; Fernáldez Collado; Baptista Lucio, 2013). Descreve as características das revistas científicas angolanas, quanto à acessibilidade das suas páginas *Web.* Seguiu-se três etapas. Na primeira etapa, selecionou-se uma amostra de revistas para análise. Essa seleção foi realizada em dois momentos. O primeiro momento, realizado no dia 22 de janeiro de 2026, consistiu na busca sistemática nos diretórios *African Journals Online* (AJOL) e *Directory of Open Access Journals* (DOAJ) para identificação do universo de revistas. Nesses diretórios foi realizada uma busca por países, especificamente pelo termo “Angola”. Este procedimento resultou em cinco revistas na AJOL e quatro revistas no DOAJ, totalizando nove resultados.

No segundo momento, realizou-se o processo de deduplicação para eliminar revistas duplicadas, que pudessem estar nos dois diretórios ao mesmo tempo. Durante essa triagem, foi identificado que, das nove revistas encontradas na primeira fase, duas eram duplicatas. Essas revistas foram excluídas, resultando em uma amostra final de sete revistas selecionadas para a análise. A metodologia adotada garantiu objetividade ao processo de seleção da amostra, permitindo reprodutibilidade dos resultados encontrados e a replicabilidade do estudo em questão.

Na segunda etapa, realizou-se a avaliação da acessibilidade das revistas científicas selecionadas, com base nas *Web Content Accessibility Guidelines* (WCAG), da *World Wide Web Consortium* (W3C), incorporadas na *AccessMonitor* (versão 2.1), uma ferramenta de acesso livre. A escolha da ferramenta *AccessMonitor* para a avaliação da acessibilidade das revistas científicas eletrônicas de Angola foi fundamentada em sua natureza de acesso livre e gratuito, o que a torna amplamente acessível para pesquisadores e instituições com orçamentos limitados. Essa característica democratiza o uso dessa ferramenta de avaliação de acessibilidade, permitindo que um maior número de publicações científicas e plataformas digitais possam ser analisadas sem a barreira financeira que muitas vezes acompanha *softwares* especializados.

Quadro 1 – Revistas científicas eletrônicas de Angola incluídas no estudo

Nome da revista científica	URL
Revista Sol Nascente (RSN)	https://revista.ispsn.org/index.php/rsn/about
Revista Órbita Pedagógica (RÓP)	https://revista.isced-hbo.co.ao/ojs/index.php/rop/about
Revista SAPIENTIAE	https://publicacoes.uor.edu.ao/index.php/sapientiae/about
Revista Angolana de Ciências (RAC)	https://publicacoes.scientia.co.ao/ojs/index.php/rac/about
Revista Angolana de Ciências da Saúde (RACSaúde)	https://www.racsaude.com/index.php/racsaude/about
FARMHOUSE Ciência & Tecnologia	https://revista.insutec.ao/index.php/fct/about
Academicus Magazine	https://revista.academicuspro.ao/revista/about

Fonte: elaborado pelos autores (2026).

[Descrição]: Quadro intitulado "Revistas científicas eletrônicas de Angola indexadas no AJOL e DOAJ e seus URLs", organizado em duas colunas: "Nome da revista científica" e "URL". Apresenta sete revistas científicas angolanas, acompanhadas de seus respectivos endereços eletrônicos, na seguinte ordem: Revista Sol Nascente (RSN); Revista Órbita Pedagógica (RÓP); Revista SAPIENTIAE; Revista Angolana de Ciências (RAC); Revista Angolana de Ciências da Saúde (RACSaúde); FARMHOUSE Ciência & Tecnologia; e Academicus Magazine. Os endereços eletrônicos estão disponíveis como hiperlinks na segunda coluna [Fim da descrição].

Entre outras ferramentas usadas para avaliar a acessibilidade de páginas web, estão a *Web Accessibility Evaluation Tool* (WAVE), desenvolvida e mantida pelo *Web Accessibility In Mind* (*WebAIM*), na Universidade Estadual de Utah, nos Estados Unidos da América, cuja versão beta foi lançada em 2000, e o aXe-core, da família de ferramentas da *Deque Systems*, empresa norte-americana de *software* e serviços focada em acessibilidade digital, lançada em 2015. A primeira auxilia na avaliação da acessibilidade de páginas web por meio de indicadores visuais que facilitam a inspeção humana, identificando erros alinhados às diretrizes WCAG e a segunda automatiza a detecção de falhas de acessibilidade em páginas e aplicações HTML, com foco na conformidade com as mesmas diretrizes.

Em comparação a WAVE e o aXe-core, que oferecem uma análise detalhada cuja interpretação, muitas vezes, requer um conhecimento prévio, o *AccessMonitor* se destaca pelo seu manuseio intuitivo e pela facilidade de uso, inclusive por pessoas que não tenham formação específica em acessibilidade. Além disso, o *AccessMonitor* apresenta um relatório de forma clara e objetiva, facilitando a identificação de práticas aceitáveis e não aceitáveis. Essa usabilidade, combinada com a conformidade com as diretrizes WCAG, torna o *AccessMonitor* uma ferramenta ideal para a avaliação da acessibilidade de revistas científicas eletrônicas, especialmente em países em desenvolvimento como Angola, onde a inclusão digital é uma prioridade emergente.

Dessa forma, os URLs das páginas das revistas científicas selecionadas foram inseridos na ferramenta *AccessMonitor*, que realizou uma análise automatizada e gerou os resultados, no dia 23 de janeiro de 2026. Essa ferramenta gerou um sumário de resultados que contém,

por um lado, o URL da página da revista científica analisada, o título da página *Web* analisada, a pontuação geral obtida, os elementos HTML e o tamanho da página analisados. Por outro, apresentou um quadro com a indicação do número de práticas encontradas e, consequentemente, avaliadas. Neste quadro, apresentou-se o tipo de práticas (aceitáveis, verificáveis manualmente e não aceitáveis), o total de práticas por cada tipo e os níveis de acessibilidade, sendo que "A" corresponde ao "Nível básico", o "AA", ao "Nível intermediário", e "AAA" refere-se ao "Nível avançado".

Ressalta-se ainda que foram identificadas as razões que levaram a que determinadas práticas não fossem aceitáveis, para cada revista. Essas razões foram identificadas no relatório de avaliação gerado pela ferramenta *AccessMonitor* (versão 2.1). Dessa maneira, com a avaliação foi possível aferir os níveis de acessibilidade das práticas "aceitáveis", das práticas "verificáveis manualmente" e das práticas "não aceitáveis". Essa estratégia permitiu uma avaliação objetiva e padronizada dos critérios de acessibilidade, garantindo a confiabilidade dos dados coletados (Wille; Dumke; Wille, 2016).

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As sete revistas científicas eletrônicas angolanas selecionadas para este estudo apresentam um histórico de fundação distribuído entre 2012 e 2023, conforme detalhado no Quadro 2, porém nem todos os anos foram retratados. O arco temporal da amostra inicia-se com a Revista Sol Nascente (2012) e encerra-se com a *Academicus* Magazine, de criação mais recente (2023).

No que concerne ao escopo, observa-se uma predominância de perfil multidisciplinar (seis dos sete periódicos), sendo a Revista Angolana de Ciências da Saúde (RACSaúde) a única com foco específico em Ciências Médicas e da Saúde. Quanto à periodicidade, verificou-se que cinco revistas são semestrais, uma é quadrimestral e uma adota o fluxo contínuo (Quadro 2).

Quadro 2 – Distribuição das revistas científicas eletrônicas de Angola indexadas no AJOL e DOAJ, segundo o ISSN, ano de criação, escopo e periodicidade

Nome da revista científica	ISSN	Ano de criação	Escopo	Periodicidade
Revista Sol Nascente (RSN)	2304-0688	2012	Multidisciplinar	Semestral
Revista Órbita Pedagógica (RÓP)	2409-0131	2014	Multidisciplinar	Quadrimestral
Revista SAPIENTIAE	2184-061X	2015	Multidisciplinar	Semestral

Nome da revista científica	ISSN	Ano de criação	Escopo	Periodicidade
Revista Angolana de Ciências (RAC)	2664-259X	2019	Multidisciplinar	Fluxo contínuo
Revista Angolana de Ciências da Saúde (RACSaúde)	2789-2832	2020	Ciências Médicas e da Saúde	Semestral
FARMHOUSE Ciência & Tecnologia	2959-3409	2022	Multidisciplinar	Semestral
Academicus Magazine	3005-3633	2023	Multidisciplinar	Semestral

Fonte: elaborado pelos autores (2026).

[Descrição]: Quadro intitulado "Perfil editorial das revistas científicas eletrônicas de Angola", organizado em cinco colunas: "Nome da revista científica", "ISSN", "Ano de criação", "Escopo" e "Periodicidade". Apresenta informações sobre sete revistas científicas angolanas: Revista Sol Nascente (RSN), Revista Órbita Pedagógica (RÓP), Revista SAPIENTIAE, Revista Angolana de Ciências (RAC), Revista Angolana de Ciências da Saúde (RACSaúde), FARMHOUSE Ciência & Tecnologia e Academicus Magazine. Para cada periódico, são informados o número ISSN, o ano de criação, a abrangência temática e a periodicidade de publicação. Quanto ao escopo, seis revistas são classificadas como multidisciplinares e uma é especializada em Ciências Médicas e da Saúde. Em relação à periodicidade, cinco revistas são semestrais, uma é quadrimestral e uma adota o fluxo contínuo. Os anos de criação variam de 2012 a 2023 [Fim da descrição].

As periodicidades semestral e quadrimestral de publicação dos fascículos das revistas em análise estão de acordo com os resultados encontrados por Sabadini, Sampaio e Nascimento (2009, p. 39), apesar de haver uma tendência mundial de publicação em fluxo contínuo. O escopo multidisciplinar de seis revistas e a periodicidade semestral de cinco das revistas avaliadas podem estar relacionadas com a escassez de produção científica em Angola, relatada por Sousa *et al.* (2020, p. 153).

A avaliação realizada com auxílio da ferramenta *AccessMonitor* (versão 2.1), revelou que os índices de acessibilidade oscilam de 88% a 74%. A *Revista Angolana de Ciências* (RAC) apresenta 88% de acessibilidade em seu conteúdo Web, enquanto a *Revista Angolana de Ciências da Saúde* (RACSaúde) é a menos acessível, com 74%. É importante notar que esses percentuais derivam da avaliação automática de práticas específicas nas páginas *Web* de cada revista, cuja quantidade variou conforme a estrutura de cada portal, ou seja, a quantidade de práticas avaliadas não foi a mesma para todos os portais. Por outro lado, a análise também classificou o nível de acessibilidade de cada prática como A (Nível básico), AA (Nível intermédio) e AAA (Nível avançado), além de indicar quais práticas são "aceitáveis", "verificáveis manualmente" ou "não aceitáveis", cada uma com seu respectivo nível de acessibilidade (Ver Tabela 1).

RISC
ISSN 2447-0198

Tabela 1 – Revistas avaliadas, segundo as práticas encontradas e níveis de acessibilidade

Revista	Práticas encontradas		Níveis de acessibilidade			Pontuação obtida	Percentual (%)
	Tipo	Número	A	AA	AAA		
RAC	Aceitável	25	14	11	-	8,8	88
	Verificável manualmente	6	4	-	2		
	Não aceitável	2	2	-	-		
SAPIENTIAE	Aceitável	25	14	11	-	8,6	86
	Verificável manualmente	5	3	-	2		
	Não aceitável	3	2	-	1		
RSN	Aceitável	24	14	10	-	8,6	86
	Verificável manualmente	6	4	-	2		
	Não aceitável	3	2	1	-		
Academicus	Aceitável	23	13	10	-	8,5	85
	Verificável manualmente	6	4	-	2		
	Não aceitável	3	2	1	-		
RÓP	Aceitável	23	13	10	-	8,2	82
	Verificável manualmente	6	4	-	2		
	Não aceitável	4	3	1	-		
FARMHOUSE	Aceitável	23	13	10	-	8,1	81
	Verificável manualmente	6	4	-	2		
	Não aceitável	4	3	1	-		
RACSaúde	Aceitável	21	11	10	-	7,4	74
	Verificável manualmente	7	5	-	2		
	Não aceitável	6	5	1	-		

Fonte: dados da pesquisa (2026).

[Descrição]: Tabela intitulada “Revistas avaliadas, segundo as práticas encontradas e níveis de acessibilidade”, organizado em sete grupos de periódicos, com cinco colunas principais: “Nome da revista”, “Práticas encontradas”, “Níveis de acessibilidade”, “Pontuação obtida” e “Porcentagem (%)”. A coluna “Práticas encontradas” apresenta três categorias: aceitável, verificável manualmente e não aceitável, acompanhadas de suas respectivas quantidades. A coluna “Níveis de acessibilidade” subdivide os resultados em três níveis: A, AA e AAA. São avaliadas as revistas RAC, SAPIENTIAE, RSN, Academicus, RÓP, FARMHOUSE e RACSaúde. Os resultados de pontuação e percentual são, respectivamente: RAC, 8,8 pontos (88%); SAPIENTIAE, 8,6 pontos (86%); RSN, 8,6 pontos (86%); Academicus, 8,5 pontos (85%); RÓP, 8,2 pontos (82%); FARMHOUSE, 8,1 pontos (81%); e RACSaúde, 7,4 pontos (74%). A RAC apresenta a maior pontuação, enquanto a RACSaúde apresenta a menor. Os resultados evidenciam variação no desempenho das revistas quanto às práticas de acessibilidade identificadas. [Fim da descrição].

A *Revista Angolana de Ciências* (RAC) obteve o desempenho mais elevado, com nota 8,8 (88%). Das 33 práticas analisadas, 25 foram consideradas aceitáveis (14 de nível A e 11 de nível AA). Contudo, o relatório apontou duas falhas críticas (Nível A), tais como um *link* vazio associado a uma imagem com equivalente textual também vazio e uma ligação sem nome acessível.

A revista *SAPIENTIAE* e a *Revista Sol Nascente* (RSN) alcançaram a pontuação de 8,6 (86%). Na *SAPIENTIAE*, identificaram-se três práticas não aceitáveis, incluindo a violação da hierarquia de cabeçalhos e o uso inadequado de elementos <br> para simular listas. A RSN, por sua vez, também apresentou três falhas graves, destacando-se elementos com semântica divergente e imagens em links sem descrição textual.

A revista *Academicus Magazine* alcançou um índice global de 8,5 (85%). Dentre as 32 práticas verificadas, três foram classificadas como inaceitáveis. O relatório revelou a presença de 16 links cujo único conteúdo eram imagens sem legendas (texto alternativo), além de falhas semânticas nos elementos da página.

Por sua vez, as revistas *Revista Órbita Pedagógica* (RÓP) e *FARMHOUSE* apresentaram índices de 8,2 (82%) e 8,1 (81%), respectivamente. Em ambos os casos, detectaram-se quatro práticas não aceitáveis. Na RÓP, evidenciaram-se elementos obsoletos de controle visual e links vazios. Na *FARMHOUSE*, a auditoria constatou cinco links e imagens sem os devidos equivalentes textuais, comprometendo a percepção do conteúdo.

Por fim, a *Revista Angolana de Ciências da Saúde* (RACSaúde) registrou o menor índice de conformidade, com 7,4 (74%). Foram identificadas seis práticas não aceitáveis (cinco de nível A e uma de nível AA). Os problemas mais severos incluíram treze elementos obsoletos para controle visual, além de múltiplos links e imagens desprovidos de nomes acessíveis ou textos alternativos.

A leitura conjunta dos resultados sugere um cenário de acessibilidade predominantemente favorável, mas ainda marcado por fragilidades que impedem a consolidação de um acesso plenamente inclusivo. A identificação de práticas “inaceitáveis” em todos os títulos avaliados demonstra que uma pontuação alta pode mascarar barreiras funcionais decisivas. Para um usuário que depende de leitores de tela, por exemplo, um único “*link* sem nome” ou uma “imagem sem descrição” pode inviabilizar a navegação, independentemente de os outros 80% do site estarem corretos.

Adicionalmente, em termos práticos, uma falha pontual pode ter impacto desproporcional, inviabilizando tarefas centrais como localizar artigos, compreender menus, preencher formulários, aceder a conteúdos multimodais ou interpretar elementos visuais que estruturam a informação. Assim, o resultado "alto" pode coexistir com barreiras que, do ponto de vista funcional, são decisivas. Dessa forma, a distribuição das práticas inaceitáveis entre as revistas reforça a ideia de desigualdade na implementação de boas práticas.

Nesse contexto, a *RACSaúde* concentrou o maior número de ocorrências de práticas inaceitáveis (seis), seguida da *FARMHOUSE* e RÓP (quatro cada), enquanto *Academicus*, *SAPIENTIAE* e RSN apresentaram três práticas cada, e a RAC apresenta duas. Essa variação sugere também que, embora as revistas partilhem um patamar global semelhante, isto é, superior a 70% de acessibilidade, diferem no grau de atenção a detalhes técnicos que podem estar na origem de barreiras que impedem o acesso à informação, por pessoas com deficiência visual, por exemplo.

Erros relacionados à percepção, operabilidade e compreensão da informação, como a ausência de metadados em imagens, *links* vazios e quebra da hierarquia semântica, são particularmente significativos porque ferem essas dimensões básicas da acessibilidade. A falta de texto alternativo, por exemplo, compromete o acesso ao conteúdo para utilizadores de leitores de ecrã e pode reduzir a inteligibilidade de figuras que sintetizam resultados, fluxogramas ou elementos de navegação. Links sem rótulo acessível, por sua vez, podem afetar diretamente a navegação por teclado e a orientação em páginas complexas, criando "zonas cegas" na exploração do conteúdo.

O padrão de conformidade geral com falhas pontuais relevantes encontra suporte na literatura e ajuda a situar os resultados num panorama mais amplo. Oliveira e Albuquerque (2022), ao analisarem a acessibilidade Web do Portal de Periódicos da CAPES com as WCAG e a ferramenta *AccessMonitor*, reportaram valores de 6.1 (61%) referente à acessibilidade do Portal como um todo e de 5.1 (51%) para a acessibilidade da página de busca, destacando a necessidade de melhorias. A proximidade metodológica (uso das WCAG e da ferramenta *AccessMonitor*) torna essa comparação especialmente útil: ela sugere que mesmo ambientes informacionais de grande escala e ampla visibilidade tendem a manter déficits persistentes, em especial em áreas críticas como mecanismos de busca e navegação, exatamente onde pequenas barreiras podem bloquear o acesso ao conteúdo.

Ao analisarem e avaliarem a acessibilidade dos *sites* do governo de Bangladesh, Baowaly e Bhuiyan (2012) encontraram práticas não aceitáveis, associando-as a erros de configuração e implementação, resultando em problemas severos de acessibilidade. Seus achados convergem com o presente estudo e reforçam a interpretação de que uma parte das barreiras observadas nas revistas analisadas decorre de falhas técnicas e operacionais, como falhas na implementação de mecanismos de acessibilidade, ausência de validação periódica, falta de padronização ou observância parcial das diretrizes WCAG.

Hallo, Hallo e Luján-Mora (2017), por sua vez, ao examinarem revistas científicas de acesso aberto na América Latina, também identificaram problemas expressivos e classificações de acessibilidade entre ruins e muito ruins, evidenciando que o desafio é recorrente no ecossistema editorial científico digital, inclusive em contextos em que o acesso aberto é uma prioridade.

Em termos gerais, as revistas analisadas alcançaram um patamar de acessibilidade aceitável, uma vez que a percentagem mínima registrada (74%) se situa acima dos 50%. Contudo, este indicador não deve ser encarado como um fim em si mesmo, mas antes como um sinal de que é possível atingir a acessibilidade plena, em conformidade com os padrões das diretrizes WCAG. Os resultados permitem ainda considerar que a melhoria da acessibilidade das revistas não depende apenas de correções pontuais nas páginas *web*, mas de uma abordagem sistemática que compreende a validação técnica periódica, o uso consistente de padrões semânticos, a revisão editorial orientada por critérios de acessibilidade (sobretudo no que respeita a imagens, tabelas e hiperligações) e a manutenção contínua após atualizações de temas, *plugins* ou sistemas de gestão editorial.

Dessa forma, a principal contribuição interpretativa desta discussão é reconhecer que pontuações elevadas são um sinal de progresso, não um ponto de chegada. A acessibilidade, em ambientes de comunicação científica, deve ser entendida como requisito de qualidade editorial e de equidade no acesso ao conhecimento. Os dados indicam que Angola dispõe de bases promissoras nesse domínio, mas que a transição de “boa pontuação” para acesso verdadeiramente universal exige atenção persistente às falhas pontuais, aquelas que, embora pequenas no código, podem ser grandes na vida de quem tenta ler, navegar e aprender, como por exemplos pessoas cegas ou com visão reduzida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados revelaram que, em termos de acessibilidade, as sete revistas científicas analisadas obtiveram valores que se situam entre 74% e 86%, indicando avanços no acesso à informação científica. No entanto, as práticas inaceitáveis identificadas, como a falta de texto alternativo em imagens e links sem nome acessível, demonstram que ainda há necessidade de melhorias para garantir a acessibilidade plena e efetiva para todos os usuários, especialmente aqueles com deficiência visual.

A adequação da acessibilidade das revistas eletrônicas para as pessoas com deficiência não se refere apenas ao aspecto de natureza técnica, mas representa um pilar fundamental da Ciência Aberta e do direito universal ao conhecimento. Para que a transparência e a equidade sejam efetivas, é essencial que as equipes editoriais institucionalizem o monitoramento contínuo das dimensões de acessibilidade aqui analisadas.

Para pesquisas futuras, de acordo com o apresentado, se faz necessária a ampliação do escopo, para incluir mais periódicos e, assim, ampliar os estudos comparativos regionais. Também é importante investigar percepções de leitores com deficiência para entender barreiras e seus impactos. Além disso, é necessário considerar políticas públicas de acessibilidade digital e formação de equipes editoriais em inclusão para fortalecer a acessibilidade na comunicação científica em Angola.

Em síntese, é imperativo que as instituições editoriais reconheçam a acessibilidade como um critério obrigatório e não apenas opcional nas revistas científicas. A inclusão de pessoas com deficiência no ecossistema acadêmico não deve ser vista como uma concessão, mas como um direito fundamental que deve ser garantido por meio de práticas editoriais consistentes. A institucionalização da acessibilidade implica na adoção de políticas claras que assegurem que todas as publicações atendam aos padrões de acessibilidade definidos pelas Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG). Essa mudança não apenas beneficiará os leitores com deficiência, mas também enriquecerá o debate científico ao garantir que uma diversidade de vozes e perspectivas seja ouvida e considerada dentro do conhecimento acadêmico.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Número do Processo: 88887.845434/2023-00.

REFERÊNCIAS

AL JABOR, Aljazi Nasser; ADNAN, Fadi; PARK, Mike; OTHMAN, Achraf. Mada web accessibility monitor tool. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGY AND ACCESSIBILITY, 8., 2021, Tunisia. **Anais** [...] Tunisia: IEEE, 2021. Disponível em: https://ieeexplore.ieee.org/document/9809423. Acesso em: 18 fev. 2026.

ALMEIDA, Yasmin Saba de; ALVES, Raíra Lima. Accessibility in scientific journals: beyond a necessity. **OBJN**: Online Brazilian Journal of Nursing, v. 22, p. e20236636, Jan. 2023. DOI: https://doi.org/10.17665/1676-4285.20236636. Disponível em: https://objnursing.uff.br/nursing/article/view/6636. Acesso em: 18 dez. 2025.

ANGOLA. **Constituição da República de Angola.** Luanda: Imprensa Nacional. 2010.

ANGOLA. Decreto Presidencial nº 217/23, de 31 de outubro. Aprova o Plano de Inclusão e Apoio às Pessoas com Deficiência 2023-2027 PLANIAPED. **Diário da República**: série I, Luanda, n. 207, 31 out. 2023a.

ANGOLA. Despacho nº 3337/21, de 6 de agosto de 2021. Cria Grupo Técnico encarregue de dinamizar e implementar as acções inerentes à primeira fase da iniciativa de criação da Rede de Revistas Científicas e Promoção do Acesso Aberto à Informação Científica em Angola. **Diário da República**, série II, Luanda, n. 108, 6 ago. 2021.

ANGOLA. Despacho nº 6428/23 de 24 de outubro. Cria Grupo Técnico encarregue de dinamizar e implementar as acções inerentes à segunda fase da iniciativa de criação da Rede de Revistas Científicas e Promoção do Acesso Aberto à Informação Científica em Angola. **Diário da República**, série II, Luanda, n. 202, 24 out 2023b.

ANGOLA. Lei nº 10/16, de 27 de julho. Lei das Acessibilidades, que estabelece as normas gerais, condições e critérios para as pessoas com deficiência ou com modalidade condicionada. **Diário da República:** série I, Luanda, n. 125, 27 jul. 2016.

BANDEIRA, Vivaz. Da exclusão à inclusão social: barreiras arquitectónicas no acesso de pessoas com deficiência física aos hospitais e escolas de Angola à luz dos decretos presidenciais nº 237/11 e nº 238/11, de 30 de agosto. *In:* CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEIS, 3., 2018, Coimbra. **Atas** [...]. Coimbra: ITECONS, 2018. Disponível em: https://zenodo.org/records/12774856. Acesso em: 18 set 2025.

BANDEIRA, Vivaz. Direito Humano à Ciência: reflexos dos seus aspectos constitutivos na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal do Brasil. **Revista Academicus:** Revista

Multidisciplinar, v. 3, n. 2, p. 1-18. 2025. DOI: https://doi.org/10.4314/academicus.v3i2.1. Disponível em: https://www.ajol.info/index.php/academicus/article/view/297546. Acesso em: 18 ago. 2025.

BANDEIRA, Vivaz. **Estágio supervisionado em serviço social:** experiências de um estagiário no Pavilhão de Artes e Ofícios do Benfica em Luanda-Angola. Londres: Novas Edições Acadêmicas, 2023. Disponível em: https://zenodo.org/records/14250927. Acesso em: 18 set. 2025.

BANDEIRA, Vivaz; ARAÚJO, Paula Carina de. Perfil das revistas científicas eletrónicas de Angola. **Revista Angolana de Ciências***,* v. 5, n. 2, p. e050205, jul./dez. 2023. DOI: https://doi.org/10.54580/R0502.05. Disponível em: https://publicacoes.scientia.co.ao/ojs/index.php/rac/article/view/5. Acesso em: 18 set. 2025.

BAOWALY, Mrinal Kanti; BHUIYAN, Moniruzzaman. Accessibility analysis and evaluation of Bangladesh government websites. *In:* INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATICS, ELETRONICS & VISION, 2012, 1., Dhaka. **Anais** […]. Dhaka: IEEC, 2012. Disponível em: https://ieeexplore.ieee.org/document/6317487. Acesso em: 18 set 2025.

DEGENER, Theresia. Disability in a Human Rights Context. **Laws**, v. 5, n. 3, p. 1-24, sept. 2016. DOI: https://doi.org/10.3390/laws5030035. Disponível em: https://www.mdpi.com/2075-471X/5/3/35. Acesso em: 18 set. 2025.

GUNGULA, Eurico Wongo. Acesso aberto diamante: uma visão do contexto angolano. **SAPIENTIAE:** Ciências Sociais, Humanas e Engenharias**,** v. 10, n. 1, p. 3-5, jul./dez. 2024. DOI: https://doi.org/10.37293/sapientiae101.01. Disponível em: https://publicacoes.uor.edu.ao/index.php/sapientiae/article/view/423. Acesso em: 18 set. 2025.

GUNGULA, Eurico Wongo. Angola e sua participação na cimeira global sobre acesso aberto diamante: oportunidades e desafios para as Instituições de Ensino Superior. **SAPIENTIAE:** Ciências Sociais, Humanas e Engenharias, v. 9, n. 1, p. 2-3, jul./dez. 2023. DOI: www.doi.org/10.37293/sapientiae91.01. Disponível em: https://publicacoes.uor.edu.ao/index.php/sapientiae/article/view/363. Acesso em: 18 set. 2025.

GUNGULA, Eurico Wongo; CASTILLERO VELÁSQUEZ, Josefina. Desafios e perspectivas para a criação da cátedra UNESCO de 'Ciência aberta, digitalização responsável e impacto social' em Angola. **SAPIENTIAE:** Ciências Sociais, Humanas e Engenharias, v. 11, n. 1, p. 2-4, jul./dez. 2025. DOI: https://doi.org/10.37293/sapientiae111.00. Disponível em: https://publicacoes.uor.edu.ao/index.php/sapientiae/article/view/480. Acesso em: 18 set 2025.

HALLO, María; HALLO, Francisco; LUJÁN-MORA, Sergio. Web accessibility problems on Latin American open access scientific journals. *In*: IBERIAN CONFERENCE ON INFORMATION SYSTEMS AND TECHNOLOGIES, 12., 2017, Lisboa. **Anais** […]. Lisboa: IEEE, 2017. Disponível em: https://ieeexplore.ieee.org/document/7975842. Acesso em: 18 set 2025.

HERNÁNDEZ SAMPIERE, Roberto; FERNÁNDEZ COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, María del Pilar. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1999.

NWAGHA, Georgiana K. N. Barriers to the accessibility of scientific journals in Nigeria. **International Library Review**, v. 12, n. 2, p. 201-207, 1980. DOI: https://doi.org/10.1016/S0020-7837(80)80009-4. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1016/S0020-7837%2880%2980009-4. Acesso em: 18 set. 2025.

OLIVEIRA, Luciana Souza; ALBUQUERQUE, Magali Alves. Acessibilidade web no portal de periódicos da capes: caminhos para inclusão das pessoas com deficiências auditiva e visual. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 29., 2022. **Anais** [...] FEBAB, 2022. Disponível em: https://portal.febab.org.br/cbbd2022/article/view/2677. Acesso em: 8 out. 2025.

OLIVER, Mike; BARNES, Colin. Disability studies, disabled people and the struggle for inclusion. **British Journal of Sociology of Education,** v. 31, n. 5, p. 547-560, Aug. 2010. DOI: https://doi.org/10.1080/01425692.2010.500088. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01425692.2010.500088. Acesso em: 18 ago. 2025.

SABADINI, Aparecida Angelica Zoqui Paulovic; SAMPAIO, Maria Imaculada Cardoso; NASCIMENTO, Maria Marta. Preparando um periódico científico. *In:* SABADINI, Aparecida Angélica Zoqui Paulovic; SAMPAIO, Maria Imaculada Cardoso; KOLLER, Sílvia Helena (org.). **Publicar em psicologia:** um enfoque para a revista científica. São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia; Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2009. p. 35-74. Disponível em: https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/16. Acesso em: 20 ago. 2025.

SERIES, Lucy. Disability and human rights. *In:* WATSON, Nick; VEHMAS, Simo (ed.). **Routledge Handbook of Disability Studies**. 2nd ed. New York: Routledge, 2019. p. 72-88. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK558160/. Acesso em: 18 ago. 2025.

SHAKESPEARE, Tom. Disabled people's self-organisation: a new social movement? **Disability, Handicap & Society**, v. 8, n. 3, p. 249-264. 1993. DOI: https://doi.org/10.1080/02674649366780261. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02674649366780261. Acesso em: 18 set. 2025.

SHINTAKU, Milton; SALES, Luana (org.). **Ciência aberta para editores científicos**. Botucatu, SP: ABEC, 2019. Disponível em: https://ridi.ibict.br/handle/123456789/1071. Acesso em: 28 ago. 2025.

SILVA, Luan Soares; NEUBERT, Patrícia da Silva; DIAS, Thiago Magela Rodrigues. Acessibilidade em periódicos científicos: abordagens, tecnologias e aplicações. **RDBCI:**

Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 23, p. e025010. 2025. DOI: https://doi.org/10.20396/rdbci.v23i00.8675755. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8675755. Acesso em: 18 ago. 2025.

SOUSA, João Baptista Machado; LUSSINGA, Albertina; DELFINO, Bartolomeu Chindumbo; ROBALO, Ana Alexandre Pereira. A publicação científica. Um desafio para as universidades angolanas. *In:* GUNGULA, Eurico Wongo; SUÁREZ, Wendolin; ARTIGAS, Wileidys. **Investigar para educar:** visões sem fronteiras. Luanda: Universidade Óscar Ribas; High Rate Consulting, 2020. p. 149-165. Disponível em: https://www.highrateco.com/publicaciones/investigar-para-educar-visoes-sem-fronteiras. Acesso em: 8 out. 2025.

STUMPF, Ida Regina Chitto. Passado e futuro das revistas científicas. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 3, 1996. DOI: https://doi.org/10.18225/ci.inf.v25i3.637. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/637. Acesso em: 18 ago. 2025.

VICTOR, André; HOSTMAELINGEN, Njal. **Direitos das pessoas com deficiência.** Luanda: Edições Sílabo, 2016.

WILLE, Kathrin; DUMKE, Reiner R.; WILLE, Cornelius. Measuring the accessability based on web content accessibility guidelines. *In*: JOINT CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL WORKSHOP ON SOFTWARE PROCESS AND PRODUCT MEASUREMENT, 2016, Berlin. **Anais** […]. Berlin: IEEE, 2016. Disponível em: https://ieeexplore.ieee.org/document/7809604. Acesso em: 18 set 2025.

ZHANG, Chao. Nothing about us without us: the emerging disability movement and advocacy in China. **Disability & Society**, v. 32, n. 7, p. 1096-1101, mar. 2017. DOI: https://doi.org/10.1080/09687599.2017.1321229. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09687599.2017.1321229. Acesso em: 18 set. 2025.

Declaração de Contribuição dos Autores

Vivaz Bandeira – Conceptualização – Análise Formal – Aquisição de Financiamento – Investigação – Metodologia – Visualização – Escrita (rascunho original) – Escrita (análise e edição).

Paula Carina de Araújo – Análise Formal – Metodologia – Supervisão – Validação – Visualização – Escrita (análise e edição).

Juliana Lazzarotto Freitas – Análise Formal – Metodologia – Supervisão – Validação – Visualização – Escrita (análise e edição).

RISC
ISSN 2447-0198

Como citar o artigo

BANDEIRA, Vivaz; ARAÚJO, Paula Carina de; FREITAS, Juliana Lazzarotto. Acessibilidade de revistas científicas eletrônicas de Angola. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, RN, v. 10, p. e43614, 2026. DOI: https://doi.org/10.21680/2447-0198.2026v10n1ID43614.

Editora de seção

Dra. Raimunda Fernanda dos Santos